

Trump: demolidor e despertador



» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da
Universidade de Brasília (UnB)

para o futuro e os interesses do eleitorado no presente: a escolha entre decisões que elevarão o nível do mar em todo o planeta ou que elevarão os preços da gasolina na próxima semana, no posto da esquina. Trump é um demolidor da natureza, mas é também o despertador para a percepção da encruzilhada: continuar a marcha do crescimento destruidor do equilíbrio ecológico ou reorientar o processo civilizatório na direção de um desenvolvimento sustentável com a natureza e solidário entre os seres humanos.

A eleição de Trump com voto da maioria dos americanos para depredar a natureza e ameaçar o futuro da humanidade desperta para a contradição entre a democracia e o humanismo. Com seu discurso ambíguo, Obama ofuscava o divórcio entre humanismo e democracia ao dizer que “não há presidente do mundo”, cada um deve atender aos interesses de seus eleitores, mas assinar o Acordo de Paris para atender aos interesses da humanidade. Os gestos de Trump mostram os limites da democracia nacional em tempos de integração planetária. Representam a solução populista de curto prazo para atender ao eleitor local de hoje, mas abandonam a preocupação de longo prazo da humanidade.

Ao usar tarifas de importação como armas de guerra comercial para beneficiar a economia americana, Trump, sem querer, mostra que a humanidade terá de reduzir seu nível de consumo. Mostra os limites da globalização das cadeias industriais que, ao comprar alimentos no Brasil, no outro lado do planeta, a China faz a comida mais barata para os chineses, mas ao custo ecológico dos gastos em energia para o transporte de carnes. A produção de automóveis usando cadeia

de produção internacional reduz o custo de produção e amplia o consumo, mas com elevados custos ecológicos, tanto ao produzir quanto ao usar o número crescente de automóveis a preços baixos. Esse processo funcionou bem, até que os limites da crise social devido ao desemprego local levassem o eleitor a preferir o nacionalismo de Trump.

Outro despertar graças ao Trump é o incômodo mundial ao perceber-se que os eleitores americanos decidem os destinos da humanidade fechando serviços de saúde na África ou elevando o nível do mar no planeta inteiro. Suas medidas são criticadas porque desequilibram o comércio internacional, as cadeias de produção e o nível dos preços, mas servem para mostrar que o mundo deixou de ser a soma dos países e, agora, cada país passou a ser um pedaço do mundo. A resistência a Trump mostra os limites do poder do nacionalismo isolacionista, mesmo no mais poderoso e rico país.

Ao assumir o ódio aos imigrantes, ele reconhece sem ambiguidade a divisão entre os seres humanos privilegiados e as massas de pobres do mundo. Desperta para o comportamento da população de classe média e rica que age da mesma forma, barrando seus “invasores”, imigrantes do próprio país, com muros de condomínios, com o mesmo propósito do muro entre EUA e México — barrados por catracas, impedindo acesso a boas escolas, bons hospitais. Trump é um esbravejador que assume sua maldade e desperta a consciência daqueles que silenciosamente se comportam da mesma forma: depredando a natureza pelo excesso de consumo, barrando os pobres e vendo o mundo como a soma de países e não cada país como um pedaço do mundo.



O curto-circuito na regulamentação dos postes e na ética da informação ao povo



» VIVIEN MELLO SURUJAGY
Presidente da Feninfra

públicas tornou-se uma realidade absurda em diversas cidades brasileiras. Essa situação não apenas compromete a estética urbana e causa interrupções nos serviços de telefonia, TV e internet, mas também coloca em risco a segurança da população.

De acordo com as normas vigentes, a fiscalização e a manutenção adequada dos postes são de responsabilidade da Aneel e das concessionárias de energia. No entanto, apesar de receberem recursos para executar esse monitoramento, essas organizações eximem-se de suas obrigações. O mais grave é que tentam transferir a culpa às empresas de telecomunicações, que são, na verdade, as vítimas desse descabro. A inércia e a falta de ações efetivas perpetuam o problema e contribuem para seu agravamento.

A ocupação desordenada dos postes, muitas vezes, por empresas clandestinas que realizam ligações irregulares, sobrecarrega as instalações e coloca em risco a vida de consumidores e trabalhadores do setor. A ausência de fiscalização por parte das concessionárias de energia e a recusa da Aneel em regulamentar o compartilhamento e o uso adequado dos postes têm permitido que essas práticas ilegais prosperem.

Em julho de 2024, a Aneel tomou a controversa decisão de arquivar o processo de regulamentação do compartilhamento de postes. Essa inexplicável atitude, contra a qual a Federação Nacional de Call Center, Instalação e Manutenção de Infraestrutura de Redes de Telecomunicações e Informática (Feninfra) impetrou recurso administrativo, estranhamente negado, foi duramente

criticada por especialistas do setor. O atraso na regulamentação apenas contribuiu para o agravamento da ocupação irregular dessa infraestrutura, expondo trabalhadores e a população a riscos desnecessários.

Estimam-se que existam cerca de 10 milhões de postes em situação crítica no Brasil, com fios emaranhados e ocupação ilegal, além de aproximadamente 20 mil empresas, ditas de telecomunicações, atuando de maneira clandestina. A inércia da Aneel e das concessionárias de energia diante desse cenário é inaceitável. É fundamental implementar nova regulamentação eficaz e realizar fiscalizações rigorosas para garantir a segurança da população e a integridade das redes de distribuição de energia e telecomunicações. A população não pode continuar refém da negligência e da omissão daqueles que deveriam zelar pelo bem-estar coletivo.

Defendemos a criação de uma entidade independente para gerir, reordenar e fiscalizar o uso dos postes, conforme proposto pela Anatel e em decreto do governo federal, simplesmente ignorado pela Aneel. A gestão adequada garantiria que os postes deixassem de ser vetores de fiações clandestinas e serviços irregulares, promovendo uma infraestrutura organizada e segura para todos.

A sociedade não pode continuar pagando pela incompreensível resistência da Aneel em promover a regulamentação, nem seguir sendo desinformada por fake news lesivas e levianas. A grave inverdade é um choque de elevada voltagem na inteligência dos brasileiros, fere os interesses nacionais e desrespeita os princípios da ética.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960 (Circe Cunha (interina))



circacunha.df@dabr.com.br

Extensão do espírito

Pela atual Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 19, fica proibido aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios “estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles, ou com seus representantes, relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público”. Quis a Magna Carta estabelecer, de forma legal e legítima a separação entre a Igreja e o Estado, conforme vinha sendo, inclusive, estabelecida desde o Decreto nº 119-A, depois inserido na Constituição de 1891.

O Estado, dessa forma, é caracterizado como laico. Embora seja facultada a liberdade religiosa, o poder público deve manter equidistância e independência com relação a todos os cultos religiosos e, igualmente, às igrejas de qualquer credo, sendo seu dever apenas proteger e garantir o livre exercício de todas as crenças. Essa separação, que de forma alguma significa uma cisão violenta, é garantida por uma espécie de muro legal e abstrato que é o interesse público. Em outras palavras, isso significa que ao Estado é vedado qualquer tipo de subvenção ou auxílio com dinheiro público a toda e qualquer Igreja, seja ela da preferência do presidente da República, dos governadores, prefeitos, deputados, senadores ou outro político no cargo ou função de Estado.

Na opinião de eminentes juristas, essa é uma medida essencial e básica para a manutenção da própria democracia e pluralidade de ideias e opiniões. Infelizmente e diversas vezes, esse importante quesito legal e constitucional vem sendo desrespeitado desde o primeiro dia da promulgação da Carta de 1988, não apenas pelos presidentes, mas por governadores, prefeitos e pela grande maioria de parlamentares. A leitura enviesada e marota do preâmbulo da Constituição que invoca a proteção de Deus não se refere a esse ou aquele Deus específico, seja de católico, seja protestantes, mas ao Deus de todos os crentes.

A experiência, ao longo da história da humanidade, tem mostrado que as teocracias — nas quais os governos são operados sob o argumento de que essa é a vontade divina, e, portanto, indiscutível no plano terrestre, e que os chefes de Estado foram, ou são, representantes diretos da divindade — são estados ditatoriais e opressores. Nesses países, Estado e religião formam um único corpo institucional. A cúpula do governo nesses estados é formada por clérigos, que conduzem, com mão de ferro, a sociedade, impondo todo o tipo de opressão e sacrifícios, exceto para a alta cúpula, blindada por uma espécie de manto sagrado.

No dizer de Marx Weber, esse tipo de governo utiliza a chamada “ética da convicção” da verdade. Contrariamente, as sociedades democráticas são orientadas pela “ética da responsabilidade”, em que toda e qualquer consequência dos atos, das pessoas e das autoridades deve ser considerada e julgada.

Dizer que o apoio a essa igreja não passa de estratégia política para garantir governabilidade, em nada diminui essa transgressão. O poderio que algumas igrejas de orientação neopentecostais vêm ganhando no Brasil, principalmente dentro da máquina do Estado, na atualidade, por si só, deveria ter acendido a luz vermelha dentro do Supremo, ou dentro do Congresso, não fosse ele hoje dominado por essas correntes religiosas.

Mais do que fé, no seu sentido estrito, é preciso atenção e reflexão ao que vem acontecendo no mundo em nossa volta. Na Europa, a entrada de grandes massas de refugiados muçulmanos vem acarretando sérios problemas de ordem religiosa, com os forasteiros impondo sua fé pela violência, numa espécie de cruzada às avessas. Muitas mesquitas têm sido apontadas pelos órgãos de inteligência daquele continente como sendo centros de treinamento e doutrinação anti-Ocidente.

Repetia o filósofo Mondubim, “um olho no padre e outro na missa” — ou seja, ver e entender as coisas de Deus, mas com um olho no mundo dos homens, suas fraquezas e vícios. O próprio Jesus ensinava, de forma didática e até profética, percebendo a grande tribulação que era confundir o céu com a Terra: a Deus o que é de Deus, e a César o que é de César.

» A frase que foi pronunciada

“Poucos homens pensam; mas todos têm opiniões.”

George Berkeley

» História de Brasília

O relatório da Novacap diz que os serviços de abastecimento d'água tiveram andamento normal, “dando-se preferência às áreas de maior densidade de população do Plano Piloto e nas Cidades Satélites.” (Publicada em 27/4/1962)